

# CÂMARA DOS DEPUTADOS

**MANHÃ**

**Aplicação: 2014**

## PROVA DISCURSIVA $P_3$

**Leia com atenção as instruções abaixo.**

- 1** Ao receber este caderno de prova, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados do cargo para o qual você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado no seu Caderno de Textos Definitivos da prova discursiva  $P_3$ . Confira também o seu nome em cada página numerada deste caderno de prova. Em seguida, verifique se ele contém as propostas para a elaboração de uma dissertação e um discurso, correspondentes à prova discursiva  $P_3$ , acompanhadas de espaços para rascunho, de uso opcional. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos seus dados pessoais ou aos dados do cargo para o qual você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2** Não serão fornecidas folhas suplementares nem para rascunho nem para texto definitivo da prova discursiva.
- 3** Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4** Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e à transcrição dos textos para o Caderno de Textos Definitivos da prova discursiva  $P_3$ .
- 5** Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe o seu Caderno de Textos Definitivos e deixe o local de prova.
- 6** A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou no Caderno de Textos Definitivos poderá implicar a anulação da sua prova.

### OBSERVAÇÕES:

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.

É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; sac@cespe.unb.br; Internet — www.cespe.unb.br.

**PROVA DISCURSIVA P<sub>3</sub>**

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso queira, os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA DISCURSIVA P<sub>3</sub>**, nos locais apropriados, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- Tanto na dissertação quanto no discurso, o texto cuja extensão esteja aquém da extensão mínima de **100 linhas**, prevista em edital, será apenado, e qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado. Será também desconsiderado o texto que não for escrito nas **folhas de texto definitivo** correspondentes.
- No **caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois não será avaliado texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado. Caso algum texto definitivo tenha de ser assinado, use apenas o nome **Consultor Legislativo**. Ao texto que contenha outra forma de identificação será atribuída nota zero, correspondente à identificação do candidato em local indevido.
- Na dissertação, ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **60,00 pontos**, dos quais até **3,00 pontos** serão atribuídos ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado). Para o discurso, esses valores corresponderão a **40,00 pontos** e **2,00 pontos**, respectivamente. Também no discurso, do total de até **40,00 pontos** para o domínio do conteúdo, até **2,00 pontos** serão atribuídos ao quesito domínio da linguagem do discurso parlamentar.

**DISSERTAÇÃO**

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) — Lei Complementar n.º 101/2000 — estabelece, em regime nacional, normas de finanças públicas a serem observadas por cada ente federativo (estados e municípios) brasileiro.

As restrições orçamentárias foram previstas na LRF com o objetivo de preservar a situação fiscal dos entes federativos, de acordo com seus balanços anuais, garantindo-se a saúde financeira de estados e municípios, a aplicação de recursos nas esferas adequadas e uma boa herança administrativa para os futuros gestores.

De acordo com essa lei, cada aumento de gasto deve vir de uma fonte de financiamento correlata e os gestores devem respeitar questões relativas ao fim de cada mandato, não excedendo o limite permitido e entregando contas saudáveis para seus sucessores.

Um dos mais fortes instrumentos de transparência em relação aos gastos públicos, indicando os parâmetros para uma administração eficiente, a LRF brasileira inspirou-se em outros exemplos bem-sucedidos ao redor do mundo, como o dos Estados Unidos da América e o da Nova Zelândia.

Tesouro Nacional (com adaptações).

Considerando o fragmento de texto acima, que tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca dos objetivos da Lei de Responsabilidade Fiscal, abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ demanda por normas que suscitem a responsabilidade na gestão fiscal; [valor: 15,00 pontos]
- ▶ ações planejadas e transparentes; [valor: 7,00 pontos]
- ▶ instrumentos para o planejamento do gasto público; [valor: 8,00 pontos]
- ▶ controle dos riscos e correção dos desvios, inclusive os anexos específicos da Lei de Diretrizes Orçamentárias; [valor: 12,00 pontos]
- ▶ equilíbrio nas contas públicas. [valor: 15,00 pontos]

**RASCUNHO – DISSERTAÇÃO – 1/4**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

**RASCUNHO – DISSERTAÇÃO – 2/4**

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

**RASCUNHO – DISSERTAÇÃO – 3/4**

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

**RASCUNHO – DISSERTAÇÃO – 4/4**

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

Na Portaria n.º 184/2008, do Ministério da Fazenda, são mencionadas, entre as justificativas para o desenvolvimento de uma série de ações que visam à promoção da convergência da contabilidade pública brasileira às normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, as seguintes:

- as transformações, verificadas nos últimos anos no cenário econômico mundial, que são representadas, notadamente, pelo acelerado processo de globalização da economia;
- a necessidade de se promover a convergência das práticas contábeis vigentes no setor público com as normas internacionais de contabilidade, tendo em vista as condições, peculiaridades e o estágio de desenvolvimento do país;
- a importância de que os entes públicos disponibilizem informações contábeis transparentes e comparáveis, de modo a serem compreendidas pelos diversos usuários das informações contábeis.

Essa portaria fez parte de um conjunto de iniciativas empreendidas pela administração pública federal com vistas a viabilizar reformas na contabilidade pública brasileira. Essas reformas trazem impactos relevantes para a administração pública e para a sociedade. Entre seus efeitos, cabe destacar uma possível maior disponibilidade de instrumentos para que a sociedade possa exercer o controle social. Para isso, o processo é longo e há muito a ser realizado até que se usufrua plenamente dos benefícios oriundos dessas adaptações. O fato, entretanto, desse processo ter sido iniciado e estar em andamento indica uma melhoria na relação do Estado com a sociedade, usuária de informações e destinatária final das políticas públicas.

---

Considerando que o fragmento de texto apresentado tem caráter unicamente motivador, redija um discurso parlamentar posicionando-se acerca do seguinte tema.

### **MODERNIZAÇÃO E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DA CONTABILIDADE PÚBLICA BRASILEIRA: INSTRUMENTO DE CONTROLE SOCIAL**

Em seu discurso, devem ser contemplados, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ reestruturação das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público e convergência aos padrões internacionais; [valor: 11,00 pontos]
- ▶ principais alterações na contabilidade pública brasileira; [valor: 11,00 pontos]
- ▶ impactos e benefícios para a gestão pública; [valor: 9,00 pontos]
- ▶ impactos e benefícios para a sociedade. [valor: 5,00 pontos]

**RASCUNHO – DISCURSO – 1/4**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



**RASCUNHO – DISCURSO – 2/4**

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

**RASCUNHO – DISCURSO – 3/4**

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

**RASCUNHO – DISCURSO – 4/4**

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	



**cespeUnB**

Centro de Seleção e de Promoção de Eventos